

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA N.º 7/2021

Sessão Extraordinária Pública, de 12 de novembro de 2021

Local: Auditório da Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Silvano Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD);



- David Martins (PS);
- Paulo Renato Faleiro Silva (PPD/PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD);
- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS).
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:



--- Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um reuniram em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada no Auditório da Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente, transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e cinco minutos.-----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores presentes, os deputados municipais, em especial aqueles que integram a primeira vez a Assembleia Municipal de Tavira, os trabalhadores do Município que permitem que esta Assembleia Municipal possa decorrer com normalidade, e também o público em casa, uma vez que esta sessão está a ser transmitida via *Facebook*. Referiu que o público não está presente devido a limitação de espaço, mas foram criadas as condições necessárias para que possam assistir à Assembleia Municipal. -----

--- Informou que, na sequência dos pedidos de renúncia dos cidadãos Luís Filipe da Conceição Gago e José Vitorino Rodrigues Pereira, convocou Nuno Leonel Gonçalves Mateus, titular do cartão de cidadão número 110609450ZX7 e Maria Manuela Gonçalves Romão, titular do cartão de cidadão número 112518150ZX9 respetivamente, a seguir na ordem da lista de candidatos à Assembleia Municipal pelo PS – Partido Socialista, partido pelo qual haviam sido propostos os membros que deram origem à vaga, para estarem presentes naquela Sessão da Assembleia Municipal e as substituições se pudessem operar de imediato, nos termos dos artigos 76.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de setembro.-----

--- Nesta sequência, e uma vez que o cidadão Nuno Leonel Gonçalves Mateus e a cidadã Maria Manuela Gonçalves Romão se encontravam presentes naquela sessão, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal, após verificadas as suas identidades e legitimidade para substituir os renunciantes nas funções de membro da Assembleia Municipal, investidos no mandato de membro da Assembleia Municipal integrando o Órgão Deliberativo do Município e iniciando de imediato as suas funções, passando a tomar parte nos trabalhos da presente sessão.-----

--- Informou que esta Assembleia Municipal é extraordinária devido à urgência em eleger, por parte da Assembleia Municipal, os representantes tanto na Assembleia Intermunicipal, como o Presidente de Junta e o suplente, para a sua participação no congresso da Associação Nacional de Municípios.-----

--- Saliu ainda que foi questionado por algumas pessoas, porque é que hoje não é discutido o Regimento da Assembleia Municipal, sendo esta uma sessão extraordinária não



tem pontos nem intervenções antes da ordem do dia, por esse motivo, irá falar com os líderes parlamentares para que se possa realizar uma conferência de líderes e apresentar-se uma proposta, antes de trazer aqui para aprovação da Assembleia Municipal. -----

--- Referiu que a primeira secretária Maria Margarida Flores iria fazer a chamada. -----

Presenças: Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, João Pedro Rolo Correia, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Liliana Ribeiro Fernandes, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Paulo Renato Faleiro Silva, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás. -----

--- **A Deputada Ana Rita Pacheco** solicitou a palavra cumprimentando o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores, os Presidentes de Junta de Freguesia e os Deputados Municipais, tendo já sido dada a explicação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, mas em nome da bancada do Partido Social Democrática (PSD) querem manifestar que não concordam com a não votação e a não apreciação do regimento da Assembleia Municipal. Entendem tratar-se de um ponto que tem estado presente em todas as primeiras sessões extraordinárias dos anteriores mandatos, como primeiro ponto, portanto, não podem deixar de manifestar o seu descontentamento por não se tratar deste assunto. Mencionou ainda que, embora o Presidente da Assembleia Municipal tenha referido que a principal alteração seja a repartição dos tempos de cada força política, consideram que o mesmo devia de ser votado e apreciado na sua generalidade e depois em reuniões de líderes, manifestando em nome da bancada esta intenção. Outra questão que consideram que deveria ser votado é por exemplo a eleição para o Conselho Municipal de Segurança.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que o anterior regimento encontra-se em vigor, enquanto outro não for aprovado, informando que este regimento sobre o qual estão a realizar assembleia foi aprovado na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2018, a primeira sessão extraordinária de 2017, logo seguido às eleições e tomada de posse foi no mês de outubro, não conseguindo indicar a data em concreto, mas foi nos dias 17 ou 18 de outubro de 2017 e este regimento só foi aprovado em 27 de fevereiro 2018. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** mencionou que a data que o Presidente da Assembleia Municipal indicou foi aquando da aprovação da versão final do documento, mas na primeira reunião extraordinária de todas foi aprovada a primeira versão, depois baixou às comissões para ser discutido na especialidade e porque consideram que há coisas a mudar e que eram urgentes, nomeadamente o facto de a eleição ser uninominal ou por listas, que causou alguns constrangimentos na última tomada de posse desta Assembleia Municipal e nas respetivas eleições dos cargos para esta Assembleia Municipal. -----

--- Havendo constrangimentos que se ultrapassaram, porque todos quiseram a bem do bom funcionamento do órgão, assim, considera que o regimento deveria ser aprovado na generalidade e depois discutir-se na especialidade.-----

--- Propôs que se aditasse um ponto. Que fosse votado na generalidade e depois baixasse para discutirem na especialidade os diversos pontos.-----

--- **O Deputado Municipal Ângelo Filipe Silva Pereira** entrou na Sessão pelas vinte e uma horas e dezanove minutos. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que iriam entrar na Ordem do Dia passando ao ponto número um relativo à **ELEIÇÃO DE QUATRO MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE (CI-AMAL)** (de acordo com o disposto o artigo 12.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Algarve, Anúncio n.º 15/2016, de 20 de junho, publicado no Diário da República, n.º 116, 2.ª Série) -----

--- Foram entregues duas listas, uma lista pela bancada do Partido Socialista (PS) e uma lista pela bancada do Partido Social Democrata (PSD), tendo sido atribuída a designação de lista A à lista do PSD e lista B à lista do PS. Aqui votam apenas os vinte e um eleitos diretamente para deputados, os presidentes de junta de freguesia não votam nesta eleição. -----

--- A lista A entregue pelo PSD compreende membros efetivos Muriel Cristina Dias Neto, Jorge Humberto Martins Corvo, Paulo Renato Faleiro Silva, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, e membros suplentes, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás e Ana Rita Gonçalves Pacheco. A lista B entregue pelo PS contempla membros efetivos José Epifânio Martins da Graça, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, David Martins, e Jovita de Fátima Romano Ladeira, e membros suplentes, Maria Manuela Gonçalves Romão, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Gisela Sofia Viegas e Nuno Leonel Gonçalves Mateus.-----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto, pelo colégio eleitoral constituído



pelo conjunto dos membros da mesma, eleitos diretamente, as listas A e B de representantes (efetivos e suplentes) da Assembleia Municipal de Tavira na Assembleia Intermunicipal do Algarve. **Do ato resultou, para a lista A onze (11) votos válidos, para a lista B dez (10) votos válidos. Após aplicação do método de Hondt, foram eleitos por maioria os seguintes membros: Muriel Cristina Dias Neto, José Epifânio Martins da Graça, Jorge Humberto Martins Corvo e Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, como efetivos, e Paulo Renato Faleiro Silva, David Martins, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes e Jovita Fátima Romano Ladeira como suplentes.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que em caso de substituição, a mesma será realizada de acordo com as listas apresentadas por cada partido.-----

--- **O Deputado Jorge Corvo** referiu que, aquando da última eleição no anterior mandato também foi suscitada a dúvida de como eram substituídos os membros efetivos, tendo sido solicitado pelo Dr. Jorge Botelho esclarecimentos à Assembleia Intermunicipal do Algarve e ficou instituído que o primeiro suplente substitui o primeiro membro efetivo da lista para efeitos de eleição.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que foram apresentadas duas (2) listas pelo que na eleição só foram eleitos os membros efetivos de cada lista, sendo que os terceiros e os quartos membros de cada lista são os suplentes.-----

--- **O Deputado Jorge Corvo** mencionou que concorda com o que o Presidente referiu, mas solicitou que fossem pedidos esclarecimentos à Assembleia Intermunicipal do Algarve, relativamente ao método para a eleição dos membros suplentes.-----

--- **O Deputado Paulo Silva** referiu que, na sua opinião foram eleitos dois membros efetivos de cada lista e, se existir um impedimento de um dos efetivos, quem entra é o efetivo que está a seguir dessa lista e não o primeiro suplente, isso acontece no órgão Câmara Municipal e assim deve acontecer também no órgão Assembleia Municipal.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, face às dúvidas colocadas, vão ser solicitados esclarecimentos à Assembleia Intermunicipal do Algarve.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois relativo à **ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (EFETIVO E SUPLENTE)** (de acordo com o artigo 6.º dos Estatutos da ANMP)-----

--- A lista A apresentada pela bancada do PSD compreende apenas um nome, Rafael Ribeiro Dias e a lista B apresentada pela bancada do PS contempla como efetivo Carlos Manuel Viegas de Sousa e como suplente Ângelo Filipe Silva Pereira.-----

--- Efetuada a contagem dos votos, como efetivo o Carlos Manuel Viegas de Sousa teve 15 votos, o Rafael Ribeiro Dias teve 12 votos, também como efetivo e o Ângelo Filipe Silva Pereira teve 16 votos como suplente.-----

--- **O Deputado Paulo Silva** questionou relativamente ao que diz o Regimento da Assembleia Municipal sobre as formas de votação, ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que nada refere sobre esta votação.-----

--- Considerou relativamente à forma como decorreu a votação, que o processo até ao fim, na sua opinião, vai estar errado, não estão a votar nem efetivos nem suplentes. Havendo quatro lugares para ocupar numa determinada lista, podem apresentar oito pessoas sem indicação de quem são os suplentes e quem são os efetivos.-----

--- Considera que na votação anterior o que devia ter acontecido era, quem ficou em primeiro lugar ficou em primeiro lugar, mas o suplente era Rafael Ribeiro Dias, e não o suplente mais votado. Se isto vai passar até ao fim desta forma, por coerência com aquilo que falou na intervenção anterior, acha que estas eleições têm vício de forma, e como tal irá impugnar os resultados destas eleições.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a forma como foi solicitado, é necessário indicar um Presidente de Junta ou seu substituto, também este Presidente de Junta, ambos eleitos em Assembleia. Deve ser apresentado um efetivo e um suplente, ou seja, da forma como está a ser apresentada e como o Deputado Paulo Silva referiu, não deveria ter sido aceite a candidatura do Rafael Dias, porque só apresentou um efetivo.-----

--- **O Deputado Paulo Silva** referiu que existe um número máximo que se pode apresentar, no entanto não existe um número mínimo, se há um efetivo e um suplente não podemos apresentar mais do que dois nomes, no entanto, podemos apresentar só um nome.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a bancada do Partido Socialista apresentou uma lista com um candidato para efetivo e um suplente, logo cumpriu com os requisitos.-----

--- **O Deputado Jorge Corvo** referiu que a votação não é nominal, deve ser votada uma lista, com indicação de um efetivo e um suplente.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que, nesse entendimento, irá ser repetida a votação com uma lista A e uma lista B.-----

--- **A Deputada Ana Rita Pacheco** referiu que, se cada bancada apresenta um nome para representar o Conselho Municipal da Juventude, não faz sentido proceder a uma votação, dado que, o nome apresentado é aquele com o qual se querem fazer representar.-----



--- **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que, o que está previsto, é que seja apresentando um representante de cada partido com assento na Assembleia Municipal, assim, vai ser repetida a eleição do ponto número dois, com votação em lista. -----

--- Estando reunidas as condições para repetir a votação do ponto número dois, com a realização de uma votação por lista, em que a lista A, apresentada pela bancada do PSD é mista, uma vez que apresentaram como membro efetivo o Rafael Dias e como suplente o José Mateus, e a lista B foi apresentada pelo PS. -----

--- Relativamente à votação do ponto número dois referente à eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para participação nos congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com um efetivo e um suplente, foi apresentada a lista A pela bancada do PSD, a qual obteve doze votos válidos e a lista B apresentada pela bancada do PS, obteve quinze votos válidos. -----

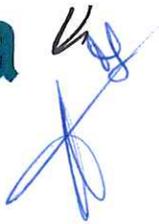
--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Do ato resultou, para a lista A doze (12) votos válidos, para a lista B quinze (15) votos válidos. Tendo sido eleito por maioria o Presidente da Junta de Freguesia Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa, como membro efetivo e o Presidente da Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira, como suplente.** -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três relativo à **ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE CADA PARTIDO REPRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE** (de acordo com o artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Tavira, Aviso n.º 3213/2016, de 9 de março, publicado no Diário da República, n.º 48, 2.ª Série) -----

--- Pela bancada do PSD foi proposta Liliana Ribeiro Fernandes, pela bancada do PS, Gisela Sofia Viegas, e Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos em representação do CHEGA. -----

--- Seria apenas uma indicação, mas têm que ser votados, para isso, vão ser entregues boletins de votos com sim ou não, relativamente a este conjunto nada a adiantar atendendo a que se tratam de nomes de pessoas, logo temos que proceder desta forma. -----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Os membros indicados pelos partidos representados na Assembleia Municipal, PSD, Liliana Ribeiro Fernandes, PS, Gisela Sofia Viegas e CHEGA, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, a proposta foi aprovada por maioria com vinte e seis (26) votos a favor e um (1) voto em branco.** -----



---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro relativo à **ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA A REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** (de acordo o artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro). -----

--- Esta eleição realiza-se por lista como tinha sido solicitado, um representante nominal, em que a bancada do PSD indicou Rafael Ribeiro Dias e o PS indicou José Mateus Domingos Costa.

--- Assim, nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Do ato resultou, vinte e sete votos válidos para o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias, doze votos para o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa, quinze votos, tendo sido eleito por maioria como membro o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa.**-----

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco relativo à **ELEIÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS** (de acordo com a alínea I) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação) -----

--- **A Deputada Ana Rita Pacheco** referiu que, relativamente ao ponto número cinco da ordem de trabalhos, dos quatro representantes da comissão de proteção de jovens, por uma questão de não dar muito mais trabalho com as listas, a bancada do PSD apresentou quatro nomes. Seguramente que a bancada do PS também apresentou quatro nomes e por uma questão de democracia, para haver representantes de ambas as bancadas propõem uma lista única com representantes das duas bancadas. -----

--- Enquanto bancada do PSD acham que, para haver representatividade de ambos os lados, apresentam esta sugestão, dado que possivelmente o resto dos cargos vão parar à bancada do Partido Socialista. Uma vez que são quatro lugares, faria todo o sentido, por uma questão de democracia, haver uma única lista representada por ambas as bancadas. -----

--- **O Deputado Jorge Corvo** referiu que, com este método de eleição, por lista, acabam por eleger apenas membros do PS, a CPCJ sempre se fez representar pelas diversas forças, houve acordo neste sentido, mesmo quando tinham menos deputados, sempre se fizeram representar com um membro efetivo e um suplente, se a votação se realizar por nomes, elegendo os mais votados, o resultado será diferente das listas. -----

--- **O Deputado Paulo Silva**, relativamente à eleição que se encontrava a decorrer, questionou se a mesma era votada por lista ou pelo método de hondt, referindo que, se a votação ocorrer



por lista subscreve as palavras da Deputada Ana Rita, se ocorrer pelo método de hondt vai dar o mesmo resultado da proposta da Ana Rita que seriam eleitos dois membros de cada lista. ----

--- **O Deputado José Graça** usou da palavra, cumprimentando todos os membros da mesa, os senhores deputados municipais das bancadas, os membros do executivo municipal, os trabalhadores do município que asseguram o apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal, e àqueles que fazem chegar a casa de cada tavirense esta Assembleia Municipal.----

--- Referiu que desde o início que estava presente em cima da mesa relativamente às votações é que haveria apenas uma votação pelo método de hondt, apenas para a Assembleia Intermunicipal, como frisou a bancada do PSD, a partir da segunda votação, todas as votações seriam em lista, não tendo o PSD oportunamente apresentada à bancada do Partido Socialista uma proposta para que fossem efetuadas listas conjuntas nas várias candidaturas.-----

--- Mencionou ainda que, o PS até ao início da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, esteve sempre disponível para aceitar essas propostas, inclusivamente aceitou que as propostas que o PSD apresentou ao abrigo do regimento após as 15:00h, da última quinta-feira, que era a data limite para apresentação de propostas a votação, não se opuseram, quer a mesa, quer o PS podiam ter interposto na Assembleia Municipal uma moção, para que as listas apresentadas pela bancada do PSD, não tivessem sido aceites. Nos termos do regimento, qualquer proposta para ser submetida a votação, tem que ser entregue até às 15:00h da véspera da Assembleia Municipal, o que não aconteceu.-----

--- Aludiu que, agora a meio das votações estão a propor uma alteração ao método de votação com listas conjuntas. As Assembleias Extraordinárias têm um conjunto de limitações que estão consagradas, quer na lei quer no regimento da Assembleia Municipal, referindo que não pode haver alterações aos pontos da ordem de trabalhos, sendo o mesmo um órgão deliberativo, cuja ordem de trabalhos não pode ser alterada nas sessões extraordinárias. Se for numa sessão ordinária, os membros da Assembleia Municipal por maioria qualificada, podem aceitar a introdução e alteração da ordem de trabalhos e deliberar nesse sentido, no caso de assembleias extraordinárias não há essa possibilidade, está previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Terminou dizendo que, neste caso concreto, a meio dos trabalhos começaram a fazer alterações, quando o que tinha sido acordado era que a votação seria realizada daquela forma em relação a todos os pontos, com exceção do ponto número um. -----

--- **O Deputado Paulo Silva** usou da palavra para referir que estas questões estão a surgir dado que, como já questionou o Presidente da Assembleia e o mesmo confirmou, o Regimento era omissivo relativamente às formas de votação, estas diferentes interpretações que surgem nesta



sala pelos vários membros da bancada, acontecem porque ninguém sabia quais eram as regras para cada eleição de cada um dos pontos da Ordem de trabalhos, como tal referiu que deviam suspender os trabalhos até que essas regras fossem definidas para eleição de cada um dos pontos da Ordem de trabalhos porque, se não for assim, estamos aqui a perder tempo e os atos que estão a ser praticados serão impugnados. -----

--- **O Deputado Jorge Corvo** usou da palavra para esclarecer o Deputado José Graça, que a proposta da bancada do PSD foi enviada às 11:14h, portanto, dentro do prazo e sem qualquer irregularidade, e está devidamente documentado. Também para dizer que normalmente o partido que ganha convida para integrar as listas, tem sido assim noutros tempos do PSD e foi assim há quatro (4) anos. O Vereador João Pedro teve a amabilidade de telefonar e convidar para formar listas para a bancada do PSD votar, considera que, se alguém falhou, não foi a bancada do PSD, uma vez que a bancada do PS, pode fazer exatamente o que entenderem em termos de votação. Considera que solicitar para integrar as listas não faz sentido, aconteceu agora aqui durante a votação porque é o que faz mais sentido, face à confusão que há com as votações. Entende que a próxima votação deveria ser por lista, fazendo mais sentido mas, se a bancada do PS considera que devem ser os únicos representantes na CPCJ, é a vossa democracia. -----

--- **O Presidente Assembleia Municipal** referiu que a democracia a aplicar seria a mesma do dia da tomada de posse, desta forma a votação iria ser realizada por lista, a que lista A é apresentada pelo PSD e proposto o Filipe Beato, a Sónia Tomás, a Muriel Dias e Gonçalo Santos. A lista B apresentada pelo PS propôs a Jovita Fátima Romano Ladeira, a Maria Manuela Gonçalves Romão, a Ana Cristina dos Santos Palmeira e Ana Rita Cavaco Leal. -----

--- Referiu ainda, que o staff tinha indicações da CPCJ, que gostaria que também fossem indicados suplentes. A bancada do PS propôs Luís Silva Catarina Almeida, Elsa Martins e Fernando Rodrigues, realçando que os serviços de apoio à Assembleia Municipal estiveram sempre disponíveis para quem quisesse tirar dúvidas e falar com eles. -----

--- **O Deputado Jorge Corvo** mencionou que a bancada do PS defendeu a não alteração da convocatória, a mesma refere apenas a eleição de efetivos, não refere suplentes, desta forma como não chegou qualquer comunicação a nenhuma das bancadas com alteração à Ordem de Trabalhos, a votação tem que ser realizada apenas com os efetivos. -----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Do ato resultou para a Lista A dois (2) votos válidos, para lista B quinze (15) votos válidos, nove votos brancos e um voto nulo,**



tendo sido eleitos por maioria Jovita Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Rita Cavaco Leal.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis relativo à **ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES - AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO SOTAVENTO, DA ARS ALGARVE** (artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, publicado em Diário da República, 1.ª série)-----

--- A bancada do PSD indicou a deputada Liliana Ribeiro Fernandes e a bancada do PS indicou o deputado David Martins.-----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Após votação resultou, onze (11) votos válidos para Liliana Ribeiro Fernandes, dezasseis (16) votos válidos para David Martins, tendo sido eleito por maioria como membro David Martins.**-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete relativo à **ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA** (de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia)-----

--- A bancada do PSD indicou o deputado Jorge Humberto Martins Corvo e a bancada do PS indicou o deputado José Epifânio Martins da Graça.-----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Após votação resultou, doze (12) votos válidos para Jorge Humberto Martins Corvo, quinze (15) votos válidos para José Epifânio Martins da Graça, tendo sido eleito por maioria como membro José Epifânio Martins da Graça.**-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito relativo à **ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (EFETIVO E SUPLENTE)** (de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 12 de outubro, cada Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais)----

--- A bancada do PSD, apresentou a lista A, indicando o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Dias e a bancada do PS apresentou a lista B, indicando o Carlos Manuel Viegas de Sousa e Ângelo Filipe Silva Pereira.-----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Do ato resultou para a Lista A doze (12) votos válidos, para lista B quinze (15) votos válidos, tendo sido eleito por maioria Carlos Manuel Viegas de Sousa, como membro efetivo e Ângelo Filipe Silva Pereira, como suplente.**

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número nove relativo à **ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE APOIO ÀS PESCAS** (de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Projeto de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio às Pescas). -

--- A bancada do PSD indicou o deputado Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e a bancada do PS indicou o deputado Nuno Leonel Gonçalves Mateus.-----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Do ato resultou, doze (12) votos válidos para Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, quinze (15) votos válidos para Nuno Leonel Gonçalves Mateus, tendo sido eleito por maioria como membro Nuno Leonel Gonçalves Mateus.**-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dez relativo à **ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAVIRA (EFETIVO E SUPLENTE)** (de acordo com o Aviso (extrato) n.º 15125/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 231, de 2 de dezembro)-----

--- A lista A apresentada pela bancada do PSD, propôs como membro efetivo Ana Rita Gonçalves Pacheco e como suplente Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, a lista B apresentada pela bancada do PS, propôs como efetivo José Manuel Madeira Guerreiro e como membro suplente, Nuno Filipe Gonçalves Diogo.-----

--- **O Deputado Paulo Silva** exprimiu o seu descontentamento relativamente à forma de votação a ser utilizada, nomeadamente quanto à falta de regras, uma vez que existem votações que contemplam membros suplentes e outras não. Nestas situações, quando um membro não se pode fazer representar e não havendo suplente a Assembleia Municipal, não se fará representar numa certa comissão, posição que não concorda.-----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto. **Do ato resultou para a Lista A doze (12) votos válidos, para lista B quinze (15) votos válidos, tendo sido eleito por maioria José Manuel Madeira Guerreiro, como membro efetivo e Nuno Filipe Gonçalves Diogo, como suplente.**-----

--- **A Deputada Ana Rita Pacheco** referiu que, a bancada do Partido Social Democrática, enviou um email para a Assembleia Municipal, manifestando o seu descontentamento pela não inclusão e não apreciação do regimento da Assembleia Municipal, bem como a retirada do ponto de votação para o Conselho Municipal de Segurança. Consideram que é um ponto que tem estado sempre presente em todas as primeiras sessões extraordinárias dos anteriores mandatos, e gostariam de ver respondidas estas questões. -----



--- **O Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que esse ponto não foi proposto a votação, tal como outras representações que carecem de votação, no entanto, não tem prazo para serem apresentados e votados. Serão integrados numa próxima Assembleia Municipal, uma vez que esta é uma Assembleia Municipal extraordinária, realizada para se proceder à votação de dois pontos urgentes, tal como referido no início desta sessão. Quanto ao Regimento, o mesmo será discutido com as bancadas do PSD, PS e CHEGA. -----

--- **Terminados os pontos em apreciação e votação, o Presidente da Assembleia Municipal mencionou que passavam ao período de intervenção do público e que tinham seis questões, sendo a primeira do Município Pedro Soares, que passava a ler:** -----

--- *"No âmbito da campanha da CDU, em contacto com os habitantes do bairro da Porta Nova, no passado mês de setembro, verificamos que a cobertura do número 5, do bloco 2 deste bairro, contém estruturas em fibrocimento. Verificamos ainda que uma destas estruturas apresentava alguma degradação, permitindo a infiltração de águas da chuva para o interior de uma das habitações.* -----

--- *Sabemos hoje, como é do conhecimento geral, que o desgaste destes materiais pode levar à libertação de fibras de amianto para o meio ambiente, material com potencial cancerígeno, cuja inalação constitui um problema de saúde pública e que pode afetar qualquer pessoa.* -----

--- *Perguntamos:* -----

1. *O município tem conhecimento desta situação concreta, no bairro da Porta Nova?* -----
2. *No âmbito dos diferentes edifícios de gestão municipal, de habitação ou outros, a câmara já procedeu ao levantamento das situações onde possam existir coberturas e estruturas em fibrocimento?* -----
3. *Se fez esse levantamento, que situações detetou?* -----
4. *A câmara possui um plano que permita acompanhar a degradação e evolução do estado de conservação deste material.* -----
5. *A câmara tem algum plano de remoção deste tipo de materiais dos edifícios de gestão camarária, habitacionais ou outros?* " -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos, um cumprimento especial ao Presidente da Assembleia Municipal e à Mesa, aos Deputados Municipais, aos colegas Vereadores, aos senhores Presidentes de Junta e a todos aqueles que estão a assistir à sessão em casa. Referiu que, sendo a primeira assembleia em que pode intervir, apesar de já ter havido a instalação dos órgãos autárquicos, gostaria de saudar todos aqueles que foram eleitos e principalmente aqueles que estão aqui pela primeira vez, e sobretudo também dizer que estou muito contente pela representatividade das senhoras ser cada vez maior. Espera



que a assembleia possa trabalhar de forma ordeira e respeitosa, respeitando também quem nos vê, quem nos assiste, que são os Tavirenses e que possamos apesar das nossas diferenças de opinião estar aqui e lutar por uma Tavira melhor, desejando a todos um ótimo trabalho. ----

--- Saudou também Pedro Soares, da CDU, o munícipe que levantou estas questões, que nos acompanhou aqui também no último mandato como Deputado Municipal. -----

--- Referiu que tem conhecimento desta questão há algum tempo. Toda a habitação social e o estado em que ela se encontra tem sido uma preocupação, por isso, neste momento estão a iniciar os trabalhos de uma empreitada com vista à sua reabilitação. Um investimento de cerca de 2 milhões de euros, na Atalaia e na Horta do Carmo, e estão a preparar empreitadas para o Bairro António Pinheiro, o Bairro de Cabanas, o Bairro de Santa Luzia e a Quinta das Salinas. A próxima prioridade será o Bairro António Pinheiro, que só não foi a primeira prioridade, porque não precisa apenas de pinturas e impermeabilizações, necessita também de algumas alterações que tem a ver com mudanças de portas e janelas e também com a eficiência energética, para melhorar as condições de habitabilidade das pessoas, logo esta será uma intervenção mais profunda. -----

--- Quanto aos edifícios municipais, só tem conhecimento dos armazéns municipais, estando prevista a realização de uma empreitada, para a remoção desse amianto e também para se efetuar algumas melhorias. Também se vai avançar com a remoção do amianto nas escolas, para o qual existe uma candidatura que neste caso abrange apenas a escola Dom Paio. O contrato já está assinado e pronto a avançar. As telhas de amianto tem um plano de segurança próprio para retirada, portanto é necessário conciliar com o funcionamento das aulas. O plano de segurança já foi remetido e julga-se que dentro em breve irão remover o amianto nas escolas. -----

--- Não existe um plano concreto, mas todas elas estão sinalizadas para empreitada, que espera que nos próximos dois anos possam ser realizadas. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal, passou à questão número dois, apresentada pelo Munícipe Nuno Vaz, que passava a ler:-----**

--- O Parque Infantil de Santiago, encontrando-se aberto à população, apresenta problemas de limpeza e segurança que devem ser corrigidos. A má colocação do piso pode provocar acidentes nas crianças que o utilizam. Acresce que o parque apresenta poucos equipamentos. -

--- Tendo esta situação sido denunciada por nós, no âmbito da campanha eleitoral da CDU, no início de setembro, verificamos, até este momento, que nada se alterou.-----

--- Assim, perguntamos se a Câmara Municipal de Tavira prevê, em breve, requalificar este equipamento social, mantendo o seu funcionamento em condições de higiene e segurança? ----



--- Os Parques Infantis Horta do Carmo e Urbanização do Miramar encontram-se temporariamente encerrados ao público situação que se arrasta há alguns meses, pois apresentavam evidentes sinais de degradação, com as vedações partidas, as ervas daninhas a crescer sem controlo, bancos partidos e alguns dos equipamentos danificados ou com sinais de apodrecimento. -----

--- Consideramos estes parques essenciais ao desenvolvimento harmonioso das crianças sendo urgente a sua abertura. Perguntamos assim para quando se prevê que a população possa voltar a fruir destes espaços?-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, respondeu que estes espaços também têm sido uma preocupação constante. Foi realizada uma empreitada de requalificação que terminou em 2018, numa quantidade significativa de parques infantis. Está-se a preparar outra. Relativamente aos parques em concreto que o munícipe Nuno Vaz refere, o município tentou a determinada altura e, depois destas requalificações, com os próprios meios constituir uma equipa multidisciplinar que ia fazendo as inspeções e tentava fazer algumas manutenções. Efetivamente começaram a concluir que não tinham capacidade para fazer isso com os próprios meios e iniciou-se um procedimento de prestação de serviços exatamente para a inspeção e para a manutenção. Esse contrato já foi assinado e já foram realizadas as inspeções no parque infantil de Santiago e da Urbanização Miramar. Está-se a aguardar o envio dos orçamentos da manutenção para se decidir se compramos os materiais com vista à mera manutenção do equipamento, ou se o valor é tão elevado que se terá que decidir pela empreitada. Por este motivo, a empreitada estava a ser preparada e parou para se tentar ver se a empresa realiza as inspeções todas, para se poder determinar quais os equipamentos que vão ser considerados para uma próxima empreitada. -----

--- Relativamente ao parque infantil da Horta do Carmo, o mesmo já teve várias reabilitações e é constantemente vandalizado e, inclusivamente existem várias queixas para que ele encerre, conforme o Presidente da Junta de Tavira, José Mateus, pode confirmar. Existe alguma pressão dos moradores para que ele deixe de existir e se opte por outro tipo de arranjos. Isto é um pouco difícil, pois nos loteamentos, normalmente existem estas áreas para a referida finalidade, para as quais foram decididas. Se a finalidade da cedência foi para parque infantil, não se pode mudar sem uma alteração ao Loteamento. Alguns miúdos mais velhos refugiam-se ali e vandalizam o espaço, o que tem sido recorrente. Temos muitas queixas relativamente a este parque infantil, na Horta do Carmo, junto da Fundação Irene Rolo.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, passou à questão número três, apresentada pelo **Município Ricardo Cabrita**, que passava a ler:-----



---“Apresento desde já as mais sinceras felicitações pela sua eleição para dirigir os destinos do concelho de Tavira nos próximos 4 anos, desejando o maior sucesso no desempenho do cargo que tanta exigência tem. -----

Sou por esta via também, a congratular este novo executivo pela inclusão do ponto nº74 (acesso pedonal à praia de Cabanas) no seu programa eleitoral, esperando também enorme sucesso nesse ponto. -----

Desta forma e dados os desenvolvimentos relativos ao parecer que o anterior executivo, por si liderado, pediu ao ICNF e considerando a resposta desta entidade, **onde se pode ler e passo a citar:** -----

“A pretensão também se encontra inserida no interior dos limites do POOC..., estando definido no artigo nº6 deste diploma legal que: “Nas áreas do PNRF abrangidas pelo POOC aplicam-se as regras constantes do plano de ordenamento daquela área protegida que não contrariem o disposto neste plano especial.” -----

--- **E na análise às propostas da CMT:** -----

--- “A proposta do traçado 1, ao localizar-se em área costeira e lagunar de “Proteção parcial do tipo 1”, pode enquadrar-se na alínea b) do nº1, do artigo 20º do Plano de Ordenamento do PNRF, permitindo assim aplicar a excecionalidade desta norma, quanto à construção de equipamentos públicos de utilização coletiva, desde que se trate de um passadiço de construção ligeira, sujeito a autorização por parte deste instituto. -----

--- Significa isto, que do ponto de vista legal e segundo o Diretor Regional do ICNF do Algarve, a proposta 1 apresentada pela CMT para a construção de uma travessia pedonal para a ilha de Cabanas, é viável do ponto de vista da legislação em vigor, considerando o artigo 6º do POOC e o artigo 20º do POPNRF. -----

--- Na expectativa de que a CMT cumpra a pretensão apresentada no ponto n.74 da campanha eleitoral, para que Cabanas venha a ter um acesso pedonal permanente, seguro, ecológico e inclusivo, lembrando a existência de milhares de assinantes da petição pela ponte e ainda a moção aprovada em assembleia na junta de Freguesia de Conceição e Cabanas, resta-me perguntar, se já está a ser trabalhada pelo seu executivo, esta porta que o ICNF abriu, para que a ilha de Cabanas se ligue finalmente à sua Vila. ” -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, sobre a travessia pedonal para a ilha de Cabanas, já muito foi dito, inclusive, nas assembleias municipais. De facto, o Município apresentou dois pedidos de parecer vinculativos para a construção desta ponte, um à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e outro ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com dois traçados, um mais a poente e outro mais a nascente. É verdade que

o ICNF diz que quanto à segunda proposta, e apesar de ser um percurso mais curto, tem que ser inviabilizado, e quanto à primeira proposta, do ponto de vista legal e segundo o Diretor Geral do ICNF do Algarve é viável do ponto de vista da legislação em vigor. -----

--- Passando a ler os referidos pareceres, nomeadamente do ICNF:-----

--- *“Não obstante da conclusão descrita na presente informação, alerta-se o facto da necessidade da emissão de parecer por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), conforme disposição do artigo 95.º do regulamento do POOC e uma vez que este tipo de ação carece de autorização desses serviços.”* -----

--- E de seguida leu o parecer da APA:-----

--- *“Sobre a proposta de ponte pedonal de acesso à ilha de Cabanas confirma-se, tal como é referido na página 3 da Memória Descritiva e justificativa, que incide de Santo António publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de junho, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2016, de 19 de outubro (POOC) como “espaço lagunar de uso restrito”, não havendo qualquer enquadramento para a sua construção, pressupondo mesmo a sua interdição na alínea a) do n.º 3 do artigo 27.º do Regulamento.-----*

--- *Considera-se, contudo, que esta proposta pode ser ponderada no âmbito da elaboração do Programa da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Santo António, procedimento que permitirá avaliar a virtude de um atravessamento pedonal em oposição com os efeitos de um acesso permanente para a ilha.”* -----

--- Referiu que importa reter destas duas questões, que o ICNF dá parecer positivo mas sempre sujeito, não só à aprovação da APA, mas também sujeito a um estudo de impacto ambiental, que terá de ser realizado. -----

--- Ao senhor Ricardo Cabrita e sobretudo aos fregueses de Cabanas, que defendem a realização da ponte, dizer-lhes que falou com o diretor da APA acerca desta possibilidade e o facto de haver uma incongruência entre as duas entidades, foi-lhe dito que efetivamente esta situação da ponte pode e poderá ser avaliada logo que o plano se converta em programa, neste momento a APA está a trabalhar na conversão do plano para programa da parte do Barlavento e seguidamente começará a fazer o programa da Orla Costeira, Vilamoura - Vila Real de Santo António.-----

--- Nesta altura temos que estar atentos para estas e para outras pretensões que o Município possa ter nesta área, na parte costeira do concelho, para que possamos ver estas questões vertidas no Plano. -----

--- Disse ainda, que já começou a trabalhar para que aquilo que era a promessa de pugnar para que o acesso seja possível, e considera que o facto do plano do parque natural, que julga



ser mais recente que o POOC, abrir esta porta, já é uma boa expectativa para que isto possa vir a acontecer. Efetivamente, neste momento está inviabilizado pelo parecer da APA, mas continuam a trabalhar para que esta condicionante seja ultrapassada, e como já referiu, reuniu com o diretor e estão atentos obviamente, a que se inicie.-----

--- Haverá sempre discussões públicas e têm outras pretensões que querem ver vertidas neste programa, portanto acha que sim, que nos enche de esperança, apesar de haver aqui a questão da APA, mas acho que este parecer do ICNF, embora condicionado e obviamente desde que o estudo de impacto ambiental também o permita. Terminou referindo que o Município está a trabalhar nesse sentido. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal, passou à questão número quatro, apresentada pelo Movimento Cívico Tavira Sempre, que passava a ler:-----**

--- *“Em comunicação com diversos cidadãos residentes, temos nas últimas semanas recebido algumas mensagens e pedidos de informação acerca da intervenção que irá ocorrer no Jardim da Alagoa.-----*

--- *Assim, e porque gostaríamos de ver esclarecidas muitas dúvidas, colocamos as seguintes questões:-----*

- *onde se pode consultar os estudos existentes para o local? -----*
- *para quando a consulta pública? -----*
- *quais os meios de comunicação que irão utilizar para essa consulta pública? -----*
- *em que plano de mobilidade se basearam para a tomada de decisões acerca do trânsito e da circulação de peões, dado que não é do conhecimento público que o plano de mobilidade esteja concluído?”-----*

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu relativamente à intervenção no Jardim da Alagoa, que sabe que existe um projeto que está finalizado há algum tempo, julga que ainda no tempo do presidente Jorge Botelho, talvez em 2019, que tem algumas alterações sobretudo no alargamento de passeios, julga que eram de seis metros e também a questão das acessibilidades e o enquadramento de todo aquele espaço com a parte histórica, uma vez que aquela praça tem edifícios históricos bastante interessantes e ainda a questão do plano de mobilidade. -----

--- Este projeto não avançou, porque na altura já havia uma pretensão da empresa que hoje está a recuperar o edifício, chamaram-lhe Palácio dos Tavares, também era conhecido como Barão da Capelinha, não sabendo bem que intervenções iria sofrer, na altura o presidente considerou que não estaria em condições de se lançar este procedimento.-----

--- Entretanto foi aprovada e emitida a licença da obra. A empresa já iniciou os trabalhos, e obviamente que importará decidir se avançamos ou não com este projeto. Não iria decidir, por tudo aquilo que já foi dito e nem pensaria lançar um procedimento sem dar conhecimento às pessoas, mas sobretudo às pessoas que habitam ou que tem comércio ali. Neste momento, o executivo que entretanto tomou posse vai também tomar conhecimento desse projeto, vão eventualmente propor mais algumas alterações, uma vez que face ao tempo decorrido poderão algumas especialidades também já não estar em conformidade e têm que ser revistas. Depois, sim pretende-se fazer uma apresentação pública, para toda a gente, mas sobretudo para estas pessoas que são os principais interessados nesta reabilitação.-----

---Relativamente aos meios de comunicação, foi planeado com a vereadora Sónia Pires que também tem a parte do orçamento participativo e da participação cívica por assim dizer. Queremos criar um espaço no site do município, onde esteja toda a informação sobre as obras que estão lançadas e a lançar, as que estão lançadas já vêm aqui para informação da Assembleia Municipal, mas talvez possamos dar a todos esses elementos, uma vez que esse trabalho está sempre a ser atualizado e também onde poderão consultar. -----

--- Pediu, junto da Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais, para tentar fazer os projetos com projeção em 3D, para que as pessoas percebam melhor o que é realmente o arranjo e como é que o espaço fica. Quando se decidir, se for este projeto ou com as alterações que decidirem, também irão fazer essa apresentação, em conjunto com todos aqueles projetos que não forem pequenas coisas, como pinturas ou pavimentações, mas sim projetos como as alterações previstas para o Jardim, que também mexe obviamente com as opiniões das pessoas. Queremos ouvir a opinião de todos, quando estiver pronto, vão tentar colocar no espaço, no site que irão divulgar, onde apresentarão as obras e também fazer uma apresentação pública convidando todas as pessoas mas sempre em primeiro lugar aqueles que lá têm relação direta com o espaço a intervir. -----

--- Relativamente ao plano de mobilidade, e uma vez o projeto é do início 2019, o mesmo tem apenas o parecer da Divisão de Gestão da Mobilidade, Rede Viária e Transportes, dado que os nossos serviços também dão pareceres nos projetos da divisão e agora possivelmente há especialidades a serem revistas, no entanto, julga que a circulação naquele projeto não tinha grandes alterações, continuava o trânsito a fluir da mesma forma.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal, passou à questão número cinco, apresentada pela Muniçipe Carla Ferreira, que passava a ler: -----**

--- “Venho por este meio questionar qual a data de abertura das piscinas?” -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que se prevê, e sublinhou que se prevê a sua abertura para o dia 02 de dezembro. Aconteceram alguns imprevistos com a empreitada em curso, o que atrasou a sua abertura, nomeadamente as pastilhas dos tanques que saltaram, e por último, um problema que teve a ver com o sistema de aquecimento que tinha um controlador avariado e que sobreaquecia a água. Já foi encomendado o controlador, vamos reparar logo que o mesmo chegue. Espera que não seja uma previsão, mas que seja a data definitiva.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal, passou à questão número seis, apresentada pela Munícipe Ângela Rosa, que passava a ler:**-----

--- "1- Decorre neste momento a COP 26 em Glasgow, gostaria de saber **qual o nível de comprometimento** dos deputados municipais relativamente a este assunto e **que propostas** tencionam introduzir nos próximos 4 anos de AM para mitigar as mudanças climáticas no nosso concelho?-----

--- 2- O abastecimento de produtores locais a cantinas públicas é uma realidade bem sucedida em muitos municípios do país, **quando é que Tavira, que tem uma responsabilidade grande** como comunidade representativa da dieta mediterrânea, bem como duma alimentação saudável e sustentável, vai efectivamente adoptar esta **medida e abastecer** as cantinas escolares de produtos frescos, locais, saudáveis e sazonais?-----

--- 3- É muito importante a resiliência das comunidades locais a ameaças ambientais como os incêndios (grandes emissores de CO2 na atmosfera), bem como à propagação de espécies arbóreas exóticas e infestantes ou perda da biodiversidade, na óptima dos deputados municipais (alguém que se queira pronunciar) **de que forma e quando** é que se tenciona dar mais vida e dinâmica sócio-económica às zonas rurais do concelho de Tavira?-----

--- 4- A região vive uma permanente seca estrutural, **de que forma** os deputados eleitos para a assembleia AMAL tencionam **defender** uma gestão sustentável da água no Algarve?-----

--- 5- Senhora Presidente, sou vegetariana, mas tenho noção que os pescadores locais e tradicionais são guardiões da biodiversidade do mar e do pescado selvagem, porém estes vivem muitas dificuldades para manter os seus barcos a funcionar. O espaço marítimo tem sido concessionado à aquacultura de grandes grupos económicos, acorrentando enormes impactos ambientais. Cada vez há menos peixe selvagem e menos zonas onde os pescadores tradicionais possam pescar. A sobreexploração é uma realidade e Portugal é para bem e para mal o quinto maior consumidor de peixe do Mundo!! Arrisca-se Tavira a deixar de ter peixe selvagem à mesa? **E que políticas e justiça devem ser aplicadas** para colmatar esta extinção em massa da vida natural dos oceanos ?"-----



--- **A Presidente da Câmara Municipal**, disse que embora algumas questões sejam direcionadas à Assembleia Municipal iria, em nome do Município, prestar alguns esclarecimentos.-----

--- Relativamente à COP 26, embora aquela tenha terminado naquele dia, e não sabendo quais os compromissos assumidos pelos países, no entanto esclareceu que o município de Tavira está a trabalhar para que possa ter um plano municipal de combate às alterações climáticas, que possa verter o plano intermunicipal realizado pela AMAL. Estão a tentar constituir uma equipa multidisciplinar para acompanhar o plano municipal e o da AMAL.-----

--- Quanto ao abastecimento de produtores locais a cantinas públicas, Tavira está a participar e a trabalhar nesse sentido com a associação InLoco, como é do conhecimento da munícipe Ângela Rosa. Considera importante, e vão tentar com as transferências de competências, que possa existir alguma flexibilidade. É importante promover o consumo dos produtos locais e também os produtos da época, que são no fundo as premissas da dieta mediterrânica. Referiu ainda que o caderno de encargos do concurso público das Refeições Escolares também tem previsto que se possa adotar uma alimentação que vá em linha com os princípios da dieta mediterrânica, embora nem sempre isso possa acontecer e nem sempre eles compreem a produtores locais. O caminho faz-se caminhando e julga que a transferência das competências no domínio da educação poderá ser uma oportunidade.-----

--- Quanto à questão da seca, o plano hídrico está previsto no PRR, onde está considerada a questão da dessalinização. Está previsto também um estudo da ligação ao Pomarão do Guadiana, bem como medidas para os municípios, que tem a ver com as perdas de água em baixa. É um sítio onde se perde realmente uma percentagem muito grande de água. Há municípios que têm perdas a rondar os 50%. Já referiu várias vezes que a Taviraverde, E.M. e Tavira tem um valor bastante mais baixo, 16%, no entanto, já foi apresentada uma candidatura, com comparticipação a 100%, para uma conduta principal, que tem a ver com a outra margem do Rio Gilão e que poderá também ser importante para diminuir este valor. Esperam que o PRR e que com o dinheiro que está previsto, se possa efetivar a candidatura, para podermos realmente ultrapassar esta questão porque sem água, não há turismo, não há qualquer atividade económica. Este é o nosso principal problema aqui da região. Depois há ainda as questões de apostarmos na sensibilização ambiental, as quais nunca devemos abandonar.-----

--- Relativamente à questão das pescas e das concessões da aquacultura, referiu que, se o município tivesse jurisdição plena sobre o território, sobre o Concelho de Tavira talvez não houvessem tantas regras, tais como as condicionantes que nos são impostas pelos



instrumentos de gestão do território, uma vez que a política das pescas são políticas do governo, do Ministério do Mar. -----

--- Referiu ainda que, Tavira irá sempre defender que existam zonas livres para as pescas, daquilo que são os nossos pescadores, que é nossa pesca. Tem tentado discutir e fazer reivindicar o desassoreamento da Barra, o que está a acontecer, depois de uma conversa em que tentou chegar à Secretária de Estado das Pescas, tentaram e reuniram inclusivamente com a APTAV, também com deputados pelo Algarve e tentaram fazer um bocadinho de pressão para que este desassoreamento possa acontecer.-----

--- Estão a lutar para que a Lota seja uma realidade, a DocaPesca afirmar que sim, que será no final de 2022. Defenderem a pesca e aquilo que é o mais importante, que já falam há anos, que é o Porto de pesca, ainda que o mesmo possa ter uma valência mista de recreio.-----

--- Quando a senhora Secretária de Estado das Pescas esteve cá, falou-se no assunto de se poder pensar possivelmente numa concessão, arranjar uma solução para viabilizar que não lhe parece que tenha assim tantas condicionantes em termos do território no espaço onde ele está previsto, e considera que continua a ser um projeto estruturante para Tavira, continuará a lutar por ele, nomeadamente junto desta Secretária de Estado das Pescas. -----

--- **O Deputado José Graça** deu as boas vindas a título efetivo aos Deputados Jorge Corvo e Margarida Flores que passaram a integrar a Assembleia Intermunicipal, em representação do Município de Tavira. -----

--- Relativamente a esta matéria é uma daquelas matérias em que, em termos regionais não há grande diferença, as nossas preocupações são preocupações comuns e geralmente defendemos todos a mesma bandeira, que é a região do Algarve. Nesta questão da adaptação às alterações climáticas, independentemente de se responder por escrito à munícipe Ângela Rosa, aquilo que pode referir aqui e sublinhar é complementar aquilo que a Senhora Presidente da Câmara já disse. Nós temos um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, feito em boa hora com grande participação da região, com grande empenhamento da universidade, de todos os municípios das associações empresariais, de associações ambientalistas e das organizações não-governamentais que trabalham na área do ambiente e da defesa da natureza, mas também sobre a liderança de um dos principais gurus digamos desta matéria a nível nacional e talvez internacional, o professor Filipe Duarte Santos deu-nos a honra de presidir à Comissão Científica do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e de facto contribuiu de uma forma, não digo visionaria, mas ampla para que este plano corresponda às grandes questões da região. -----



--- Nomeadamente uma questão que a Senhora Presidente da Câmara já aqui abordou, que tem a ver com a gestão dos Recursos Hídricos e que foi de alguma forma abrangida pelo governo no PRR, com a atribuição de uma verba de 200 milhões de euros para a região do Algarve, mas também colocando para a condição da atribuição deste apoio a elaboração de um plano regional de eficiência hídrica no Algarve com algumas daquelas medidas que a Senhora Presidente da Câmara já disse, mas que também tem um conjunto de medidas que são necessários desenvolver. -----

--- Por outro lado, relativamente ao Plano, também há uma questão, que tem a ver com a proteção do litoral, é um plano nacional e também grande parte desses valores abrangem a nossa região, nomeadamente no Parque Natural da Ria Formosa. Outra situação que na sua opinião não pode ser abandonada e que nenhum de nós pode dizer que não, está neste processo, é um processo de educação dos cidadãos para os valores do ambiente e da natureza.

--- O programa de elaboração do PIAC que envolveu um conjunto de ações de caráter pedagógico, envolvendo as escolas da região, envolvendo associações ambientalistas e que julga ter chegado junto de quem tinha que chegar, das gerações mais jovens que são aquelas para quem nós devemos e temos acima de tudo que trabalhar. Há uma velha máxima dos ambientalistas, e referiu o Deputado Paulo Silva, também um homem destas lutas há muitos anos e que tem acompanhado neste processo que nós não podemos esquecer *"a Terra não é nossa é uma herança que nós temos e que devemos devolvê-la às gerações vindouras um pouco melhor do que a encontramos"* o estado atual do ambiente e não é só a nível mundial e também da nossa região não é o desejável mas poderá ser um bocadinho melhor, se cada um de nós fizer a sua parte. -----

--- **A Deputada Jovita Ladeira** cumprimentou a bancada dos partidos eleitos PS, PSD, CHEGA, também o executivo municipal, o que está no ativo, a oposição e a mesa da Assembleia Municipal, referindo que não está eleita para a Assembleia Intermunicipal, mas que concorda com a intervenção feita pelo Deputado Municipal José Graça naquilo que se refere exatamente à questão da formação a nível ambiental que é feita nas escolas e o trabalho desenvolvido, querendo destacar essencialmente o trabalho que este executivo, nos últimos três mandatos fez e tem vindo a desenvolver nos programas a nível do primeiro ciclo e do pré-escolar e nos outros níveis de ensino. É de destacar e de louvar, porque é aí que começa efetivamente uma educação para a proteção do planeta e para o ambiente e para a Câmara Municipal de Tavira, que se tem empenhado extremamente nessas áreas, sendo uma área que passa despercebida, que não é visível, mas é uma área estruturante para as gerações futuras. -----

--- Se nós queremos atingir determinados padrões em termos ambientais, temos que começar pelas bases, sublinhando o trabalho desenvolvido pela câmara nesta área, o que se pretende fazer é com o apoio de todas bancadas. Todos temos que estar empenhados na defesa do ambiente e na diminuição das emissões dos gases. -----

--- Quis deixar uma nota, são as oposições fortes que fazem com que quem está nas lideranças façam mais e melhor e nós temos que estar aqui na Assembleia Municipal sempre na perspectiva de encontrar os melhores caminhos, os melhores consensos, porque o que está em causa é a defesa do nosso concelho e a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos é isso que nos move, é isso que nos deve orientar nas posturas e nas decisões que aqui viermos a ter. -----

--- **O Deputado Silvino Oliveira** cumprimentou referindo que Deputada Ana Rita já fez a saudação em nome da bancada, uma palavra especial a todos os Tavirense que nos está a ouvir. Em relação a este tema, que a nossa munícipe Ângela Rosa nos trouxe, gostava de partilhar algumas questões, não só com ela, mas com todos os algarvios e começou pela questão do COP 26. Vão haver conclusões e essas conclusões vão envolver uma série de itens, uma série de países, áreas geopolíticas e depois Portugal, as diversas regiões e por fim nós enquanto Município e Assembleia Municipal, tentaremos ver e adaptar e acomodar à nossa realidade. Mais tarde, quer o executivo, quer a Assembleia Municipal poderá vir a ter que pronunciar-se, e tomar decisões e acomodar muitas dessas questões. -----

--- Partilhou o tema água, e quis colocar alguns temas para reflexão. Quando se fala de água no Algarve ou outras regiões, fala-se de que chove em média entre trezentos (300) a setecentos (700) litros por metro quadrado por ano. -----

--- Existe uma faixa, que é o nosso Sotavento, em que a nossa serra tem uma espessura de solo muito pequena. Toda a precipitação que aí cair, na sua grande maioria, escorrerá e terminará grande parte no rio Guadiana e no mar. -----

--- Depois temos uma zona central onde chove ligeiramente mais, onde existem fundamentalmente calcários. Há muita infiltração, que vai abastecer os aquíferos e depois mais para a parte de Barlavento, temos grandes formações e onde está o maior aquífero do Algarve. -----

--- A realidade é que temos muita água que vai para o mar, e há uma facção que acha que alguma dessa água deve ser aproveitada e outros acham que não. Por outro lado, a tendência e a leitura climática é que vai chover tendencialmente menos. Os episódios de chuva serão tendencialmente menos, mas haverá mais episódios com características mais diluvianas. -----

--- Se tivermos que gerir o panorama hídrico do Algarve, temos que armazenar água, temos que abrir a discussão, temos que fazer barragens e ponto. Vamos discutir o preço ambiental e os recursos da resiliência que o colega José Graça disse que vai vir para o Algarve, vamos ter que decidir, vamos ter que pensar que temos um enorme reservatório em Querença - Silves, natural, e temos imensa água que vai do Vascão e da Foupana para o Guadiana, e porque não recarregar o aquífero de Silves com grande partes destas águas nesta reserva, não será esta geração, mas nas próximas que terão que decidir sobre este assunto. -----

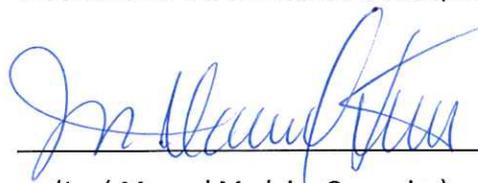
--- Quando se diz que falta água no Algarve, para um israelita nós somos um país com água em abundância, este é um tema relativo, vamos enriquecer a nossa discussão. -----

--- Terminou, partilhando uma reflexão e introduziu o índice salino. Quando se fala em dessalinizar vamos lançar o efluente salino onde? Sabem quantas gramas de sal é necessário tirar da água do mar, cerca de 30 gramas por litro, quanto é que cada casa gasta em média, um apartamento, 16 metros cúbicos, 400 kg de sal por mês, à porta, então e num ano, num apartamento são 4800 kg de sal, quatro apartamentos é um trailer de sal à porta, que ninguém vê mas que vai ter que ir para o mar, multipliquem por Tavira, multipliquem por todos os habitantes, falar de dessalinização então e a sobra Salina o que é que se faz são discussões que temos de ver e temos que ser maduros e temos que enfrentar estas questões. -----

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e seis minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Muriel Cristina Dias Neto)

